

“Ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro”: o que teremos pela frente em 2023?

“Presentemente eu posso me considerar um sujeito de sorte / Porque apesar de muito moço, me sinto são e salvo e forte / E tenho comigo pensado, Deus é brasileiro e anda do meu lado / E assim já não posso sofrer no ano passado / Tenho sangrado demais, tenho chorado pra cachorro / Ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro” (Belchior, Sujeito de Sorte, álbum Alucinação, 1976)

Neste editorial não temos pretensões de fazer uma análise da conjuntura do início do corrente ano, tanto por limites do tempo e espaço que temos, quanto para não correremos o risco de cair em erros analíticos por unilateralidade, subjetivismo ou por superficialidade (Iasi, 2022a). Contudo, concordamos que “uma conjuntura é um quadro complexo, uma síntese de múltiplas determinações” (Iasi, 2022) e que a educação e a produção de conhecimento são influenciadas por diversos fatores e pela conjuntura que vivemos. Desta forma, nos parece oportuno, no mínimo, lembrarmos alguns fatos importantes deste primeiro triênio do ano, reconhecendo-os como elementos da conjuntura que também interferiram nos debates e estudos de boa parte dos artigos que serão aqui explorados.

Iniciamos reconhecendo que os últimos anos foram desafiadores, preocupantes e torturantes para a classe trabalhadora, para os profissionais da educação e para aqueles que defendem a educação e escola pública, especialmente para as universidades federais. Sentimos na pele, no psicológico e nas relações sociais os efeitos de um governo autoritário, filiado aos ideais neofascista e da extrema-direita ultraneoliberal (Badaró Mattos, 2020). Neste período a educação e escola pública, da educação básica ao ensino superior, vivenciaram retrocessos devastadores (Leher; Santos, 2023).

O triunfo, ainda que parcial, contra o governo autoritário de feições neofascistas só foi possível pela junção temporária de forças de diferentes perspectivas, mas com dois objetivos comuns: retirar Bolsonaro e defender a democracia que ainda nos restava. A vitória nas eleições do atual presidente petista, Luiz Inácio Lula da Silva, para seu terceiro mandato no cargo, foi possível, mas precisa ser vista e comemorada com cautela. Concordamos com as ponderações de Iasi (2022), que continuam pertinentes mesmo tendo sido feitas antes das eleições, ao dizer que:

O desejo de segmentos de esquerda e de centro-esquerda que se somam a essa frente se resume na intenção louvável de tirar Bolsonaro da disputa. Do ponto de vista programático e em relação ao caráter do governo parece muito pouco provável uma inclinação mais popular ou à esquerda. Pelo contrário, tudo indica um governo ainda mais acorrentado ao pacto e à conciliação com o grande capital. Esses setores parecem não ter aprendido nada das experiências passadas e da profunda diferença entre promessas e situação real de governo.

Apesar da consciência dos limites e desafios que ainda teremos pela frente, é inegável que a derrota nas urnas de Bolsonaro e do bolsonarismo, fez brotar esperança por dias melhores. A universidade pública passou a respirar mais aliviada, quase se libertando do risco de morte. Começamos o novo ano embaladas por Belchior: *“Tenho sangrado demais, tenho chorado pra cachorro; Ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro”*.

O ano de 2023 começou com fortes emoções em todo país, com as atenções voltadas à posse do novo presidente eleito, que se deu com representantes do povo entregando a faixa presidencial: um indígena, uma criança, uma pessoa deficiente, uma mulher negra e um professor. Uma cerimônia original e que, com muita emoção, trouxe para o centro dos holofotes a urgência de propostas e de políticas públicas para parcelas da população que foram sistematicamente esquecidas nos últimos anos. Parecia ter indícios de um governo comprometido com a representatividade, escuta e atendimento de demandas dos grupos minoritários; pela retomada das políticas sociais; pela defesa da ciência, da reconstrução de uma unidade mínima no país – que está completamente dividido –; pela defesa incontestável da democracia.

Entretanto, uma semana depois, no dia 08 de janeiro, vivemos um momento

completamente oposto à emoção e esperança do primeiro dia do ano. Ficamos perplexos com a tentativa de golpe de Estado em Brasília e ataques violentos e diretos à nossa democracia, gerados por manifestantes inconformados com o resultado das urnas e que exigiam intervenção militar. Uma situação jamais vista no país e que teve como resposta a pronta ação das instituições no sentido de proteger a democracia e o estado de direito.

Em síntese, os efeitos do bolsonarismo, os conchavos políticos, os interesses privatistas dentro do governo Lula têm se mostrado constantes e desafiadores nesses primeiros meses de governo. De tudo isto, fica uma certeza, de que muito se tem de refletir sobre o contexto social e político do país, seja para entender nossa própria história (Martins, 2018; Schwarcz, 2019), seja para vislumbrar perspectivas de atuação política e acadêmica na universidade. Entre os temas que se fazem necessários investigar, e nos parecem promissores, estão: a relação entre cultura e formação humana (Duarte, 2022; Gambarotta, 2020; Mundim, 2020; Soares, 2020); e o projeto educativo do capital com suas implicações para a classe trabalhadora (Leher, 2023; Silva, 2021; Freitas, 2018).

Ainda sobre o novo governo e mudanças na educação nesses primeiros meses, mencionamos o novo Ministro da Educação, Camilo Santana (PT/CE), que assume, de um lado, agradando parte considerável de movimentos da sociedade civil e, de outro, desagradando parte de movimentos educacionais e sociais.

Por ser uma mudança de perspectiva com o governo anterior, as expectativas de toda a comunidade acadêmica e escolar são grandes! No mínimo, espera-se e tem pressão para: nova política de alfabetização; para revogação do Teto dos Gastos; para revogação do Novo Ensino Médio (NEM); revogação da Resolução n. 2/2019 que define a Base Nacional Comum para formação de professores (BNC-Formação); recomposição do orçamento das Instituições Federais de Educação e para pesquisa no país. Dessas pautas, o que se teve de ações concretas por parte do governo até final de março foram: Projeto de Emenda Constitucional e o Projeto de Lei Complementar (PLP) n. 93/23¹, que, respectivamente, elevou o teto de gastos da educação e apresenta proposta de criação de novo regime fiscal para o país; aumento de até 40% no valor das bolsas

¹ <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2357053>

na pós-graduação, que estavam defasadas há pelo menos 10 anos; e criação, em 28 de março, de um Grupo de Trabalho para propor políticas de formação inicial de docentes, contudo, sem suspensão ou revogação da BNC-Formação. As outras pautas parecem estar na mesa do governo, mas sem indícios de rompimento por completo do projeto e interesses anteriores.

Enquanto aguardamos as mudanças esperadas e vivemos os primeiros meses do ano com certo otimismo, alívio e cautela, a produção de conhecimento no país não parou e a socialização das pesquisas, via periódicos como o nosso, podem nos ajudar a compreender as políticas educacionais em litígio e em andamento, bem como nos dar fundamentos para pensar caminhos futuros.

É nessa direção que abrimos o presente ano da Revista *Perspectiva* (v. 41, n. 1), com o dossiê “**Um Olhar Crítico para a Educação de Línguas Adicionais: Possibilidades Pedagógicas e Formativas**”², organizado por professores e pesquisadores da área da linguagem – Priscila Farias (UFSC), Leonardo da Silva (UFSC) e Sávio Siqueira (UFBA). Na apresentação dos seis artigos contidos no dossiê os organizadores nos fazem um chamado à leitura, nos convidando a pensar sobre o ensino de línguas e para a valorização das línguas adicionais, conceito entendido “de maneira abrangente, referindo-nos também a contextos de segunda língua, língua de acolhimento, língua de herança, entre outros” (p. 2). Ademais, ao encontro do que mencionamos no início deste editorial, explicam que estes artigos surge da “urgência de um engajamento político e social de professores(as) e formadores de professores(as) de línguas adicionais [...], na promoção e defesa de uma sociedade democrática” (p. 1-2).

Para além do dossiê, temos na presente edição mais seis artigos de demanda contínua, que serão apresentados individualmente na sequência. Quatro deles tratam de diferentes aspectos nas etapas da educação básica; um sobre a qualidade de vida do trabalho docente; e, o último, um debate teórico-metodológico nas pesquisas atuais. Nesses seis artigos estão envolvidos 17 pesquisadores, sendo a maioria da região sul do país. Outro aspecto geral que destacamos é que quatro trabalhos tiveram como empiria central das suas pesquisas entrevistas, grupos focais ou questionário com professores; dois artigos

² <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/90616>

tem como centralidade metodológica a pesquisa bibliográfica e documental.

No artigo intitulado “**A (in)flexibilização curricular via reforma do ensino médio no Brasil**”³, de autoria de Vinicius R. R. de Vicente (UFPA), Jani A. da S. Moreira (UEM) e Cassio Vale (UFPA), de natureza bibliográfica e documental, se discute a categoria de flexibilidade, suas relações com as mudanças no mundo do trabalho e, em particular, do “processo de (in)flexibilização curricular” presente do Novo Ensino Médio (NEM). Os autores contextualizam a implementação da reforma em questão, articulando-a com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com acordos feitos com organismos internacionais; trazem o posicionamento de distintos pesquisadores e entidades da área sobre o tema; e levantam as contradições discursivas que foram usadas para legitimar a política. Ao final, se posicionam refutando “a concepção do novo Ensino Médio, pois a aprendizagem flexível incide sobre a expressão real do projeto pedagógico da acumulação flexível, que, de forma velada, mantém a distribuição desigual do conhecimento [...]” (p. 20).

Com a mesma temática, o artigo de Bruna C. Francisco, Edison Uggioni e Kristian Madeira, todos vinculados à UNESCO, intitulado “**Avaliação da percepção dos professores de escolas estaduais pertencentes à coordenadoria regional de educação de Criciúma sobre o Novo Ensino Médio**”⁴, apresenta a percepção sobre a implementação do NEM por parte de 159 professores do Ensino Médio que atuam na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina, na regional de Criciúma. Ao longo do texto os autores contextualizam a aprovação da política em questão no país, bem como a particularidade da proposta curricular da Rede de ensino estudada. Entre os resultados da pesquisa estão: a) não há consenso entre os docentes sobre a concordância ou não com o NEM; b) 67,9% dos professores discordam (parcial ou completamente) que o NEM estaria contribuindo na motivação dos estudantes nas aulas; c) 60,4% discordam sobre uma possível melhoria nos níveis de aprendizagem dos estudantes; d) 64,8% dos docentes não se sentem preparados para atuar nesta etapa com as reformas empreendidas; e) uma incidência maior (superior à 50%) na oferta dos componentes curriculares eletivos chamados de *Educação Financeira* e *Educação Empreendedora*; f) 71,1% das escolas em que os docentes entrevistados atuam não

³ <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/86834>

⁴ <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/94172>

ofertam o itinerário “IV-Formação Técnica e Profissional” – o que tende a abrir portas para atuação do setor privado e para destinação de recurso público para o setor.

Entrando nos dois artigos que contemplam a educação infantil, o primeiro deles, “**Leitura na perspectiva de educadoras que atuam na educação infantil em Nova Prata**”⁵, é de autoria de Flávia B. Ramos, Patricia Marchesini e Rochele R. A. Maciel, todas vinculadas à UCS/RS. As pesquisadoras exploram, a partir de grupos focais e de entrevistas feitas com professores e atendentes de educação infantil no município em questão, às “práticas e ambiências de leitura com bebês e crianças bem pequenas”. As autoras se debruçam sobre as categorias: “construção do conceito de leitura pelas interlocutoras e as práticas percebidas e realizadas por elas, nesse nível de Educação”. Defendem a importância da leitura no cotidiano de trabalho em toda Educação Infantil e a formação de professores para qualificar e estimular esta prática.

Também partindo da percepção de docentes – 10 servidores efetivos da área da educação física e com experiência profissional na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis/SC –, o artigo “**Da educação infantil ao ensino fundamental: a transição escolar na percepção de professores de educação física**”⁶, de Larissa B. Quintino, Ana Flávia Backes, Giovana Rastelli, Fabiane Castilho T. Breschiliare, pesquisadoras da área da Educação Física na UFSC, verticaliza sobre a transição das crianças entre as etapas mencionadas na Rede de ensino supracitada. Para além de outras discussões introdutórias, aprofundam a discussão em dois subtópicos: o planejamento dos professores de Educação Física, com suas aproximações e distanciamentos em cada etapa citada; e a transição entre as etapas, indicando desafios e estratégias adotadas pelos docentes entrevistados. Entre os resultados da pesquisa, afirmam que “no município investigado, os professores de Educação Física são sensíveis às problemáticas desencadeadas na transição escolar em tela” e que estes “elaboram estratégias metodológicas que buscam garantir uma continuidade no processo de transição, considerando as experiências que as crianças trazem da Educação Infantil” (p. 15).

⁵ <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/86370>

⁶ <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/86949>

O artigo **“Gestão da qualidade de vida no trabalho docente”**⁷, de Henrique Guths e Paulo Fossatti, ambos da Universidade La Salle/RS, tem por objetivo discutir a qualidade de vida no trabalho docente e a criar artefatos para “Gestão da Qualidade de Vida no Trabalho Docente (G-QVTD) para uma Universidade Comunitária do sul do Brasil”, a partir de um método de pesquisa denominado de *Design Science Research (DSR)* e com a coleta de dados em grupos focais, que teve a participação de 34 docentes considerados “Gestores Estratégicos da Instituição”. O conceito central do estudo é definido como “conjunto de ações de uma empresa no sentido de implantar melhorias e inovações gerenciais, tecnológicas e estruturais no ambiente de trabalho” (p. 4). Ao longo do trabalho os autores discorrem sobre políticas institucionais, estratégias, processos, estruturas e características necessárias para realizar a G-QVTD.

Por fim, mas não menos convidativo à leitura, no artigo **“Descolonização de nós mesmos e possibilidades de construir caminhos metodológicos bricolados”**⁸, Jonatha D. dos Santos e Rozane A. Alves, dois pesquisadores da UFAM, partem das suas experiências de pesquisa junto a grupos indígenas no estado de Rondônia, região Norte do Brasil e propõem uma discussão teórica e metodológica sobre a produção de pesquisa ancoradas nas teorias pós-coloniais e pós-críticas do campo dos estudos culturais. Ao longo do texto os autores fazem uma discussão teórica sobre pesquisas na perspectiva pós-colonial, propõem a bricolagem como postura e princípio para o/a pesquisador/a e exploram alguns procedimentos metodológicos que consideram mais coerentes com esta perspectiva. Para eles a bricolagem pode ser entendida como “[...] rasuras metodológicas que nos permitiram desviar de caminhos fixos, de olhares naturalizados, cristalizados sobre os sujeitos que pesquisamos e com quem pesquisamos. [...] pode colaborar com a transição de conceitos, tendo em vista a amplitude que diferentes campos teóricos podem trazer para a riqueza de nossos trabalhos” (p. 9; 15).

Esperamos com o exposto ter instigado quem nos lê a mergulhar nos debates contidos nos artigos do dossiê, bem como dos demais trabalhos aqui apresentados de forma sintética. Desejamos boa leitura!

Editoras Científicas

Jocemara Triches

Diana Carvalho de Carvalho

Juliana Cristina Faggion
Bergmann

Patricia Laura Torriglia

⁷ <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/85292>

⁸ <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/85968>

Referências

- DUARTE, A. Liberalismo, pós-modernidade e desinformação: breve ensaio sobre o contexto da nossa desigualdade. In: SOUZA, M. (org.). **Democracia em tempos difíceis: interdisciplinaridade, política e subjetividades**. Curitiba: Appris, 2022. p. 109-129.
- BADARÓ MATTOS, Marcelo. **Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil**. São Paulo: Usina, 2020.
- FREITAS, Luiz C.. **A Reforma empresarial da educação**. Nova Direito, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- GAMBAROTTA, E. Educar para la democracia: autonomia y juicio a partir de Theodor W. Adorno e Walter Benjamim. In: FARIA, G. G. e CHAVES, J. C. Fundamentos dos processos educativos e formação humana. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2020. p. 35-48.
- IASI, Mauro. O desejo, a conjuntura e a luta de classes. *Blog da Boitempo*. Publicado em 04/05/2022, 2022a. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2022/05/04/o-desejo-a-conjuntura-e-a-luta-de-classes/>. Acesso: 06 abr 2023.
- LEHER, Roberto; SANTOS, Maria R. S. dos. Governo Bolsonaro e autocracia burguesa: expressões neofascistas no capitalismo dependente. In: LEHER, Roberto (org.). **Educação no governo Bolsonaro. Inventário da devastação**. São Paulo: Expressão Popular, 2023.
- LEHER, Roberto (Org.). **Educação no governo Bolsonaro. Inventário da devastação**. São Paulo: Expressão Popular, 2023.
- MARTINS, J. S. A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história da modernidade anômala. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- MUNDIM, M. A. P. Teorias do estado: da ideologia burguesa à crítica do Estado. In: FARIA, G. G. e CHAVES, J. C. Fundamentos dos processos educativos e formação humana. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2020. p. 13-34.
- SCHWARCZ, L. Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo: Companhia das letras, 2019.
- SOARES, R. L. A cultura e sua dimensão formativa na obra freudiana: Eros e agressividade. In: FARIA, G. G. e CHAVES, J. C. Fundamentos dos processos educativos e formação humana. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2020. p. 67-92.
- SILVA, Amanda M.. **Trabalho docente sob a lógica privatista empresarial**. A busca pela força de trabalho a serviço do projeto hegemônico.

